

# Côa Symposium

Novos olhares sobre a Arte Paleolítica  
*New perspectives on Palaeolithic Art*

Coord.: Thierry Aubry, André Tomás Santos e Andrea Martins  
Museu do Côa

4 a 6 Dezembro 2018

## Ficha Técnica

Título

**Côa Symposium. Novos olhares sobre a Arte Paleolítica**

Ano de Edição

**2021**

Edição

**Associação dos Arqueólogos Portugueses e Fundação Côa-Parque**

Coordenação

**Thierry Aubry, André Tomás Santos e Andrea Martins**

Design

**Paulo Freitas**

Imagem de Capa

**António Fernando Barbosa**

Impressão

**AGIR – Produções Gráficas**

ISBN

**978-972-9451-91-1**

Depósito legal

**491492/21**

Os artigos publicados neste volume são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

O Cõa Symposium contou com o apoio das seguintes entidades a quem muito se agradece:



# Índice

Prefácios

- 6 **“When the dreamer dies, what happens to the dream?”**  
Aida Carvalho, Presidente do Conselho Diretivo da Fundação Côa Parque
- 7 **Côa Symposium e a importância do Vale do Côa**  
José Morais Arnaud, Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses

- 8 ***In Memoriam* de Bruno Navarro**

## **Côa Symposium – Atas**

- 15 **Introdução**  
André Tomás Santos, Thierry Aubry
- 22 **L'émergence des comportements symboliques en Afrique et en Asie**  
Francesco d'Errico
- 52 **The earliest Upper Paleolithic of Southern and Western Iberia is an Evolved, not an Early Aurignacian**  
João Zilhão
- 72 **Occupation paléolithique de la vallée du Côa: Néandertal et premiers hommes anatomiquement modernes entrent en scène**  
Thierry Aubry, António Fernando Barbosa, Luís Luís, André Tomás Santos, Marcelo Silvestre

- 94 **Dating the Côa Valley rock art 25 years later: an archaeological and geoarchaeological approach**  
André Tomás Santos, António Fernando Barbosa, Luís Luís, Marcelo Silvestre, Thierry Aubry
- 128 **Arte al aire libre del interior peninsular**  
Rodrigo de Balbín Behrmann, Jose Javier Alcolea González
- 154 **Something other than hand stencils. Horse representations in the cave of Fuente del Trucho (Huesca, Spain)**  
Pilar Utrilla, Manuel Bea
- 172 **El Arte de La Frontera: Un territorio con arte solutrense en Asturias**  
José Adolfo Rodríguez Asensio
- 198 **La Cueva de Ambrosio (Vélez-Blanco, Almería, Espagne) et le Solutréen dans le Sud de la Péninsule Ibérique**  
Sergio Ripoll López, Francisco J. Muñoz Ibañez
- 224 **Les abris ornés paléolithiques du Périgord**  
Brigitte et Gilles Delluc
- 254 **Du nouveau sous le soleil : les abris sculptés solutréens et magdaléniens du grand sud-ouest français**  
Geneviève Pinçon, Camille Bourdier, Oscar Fuentes
- 272 **The Gondershausen petroglyphs in the Hunsrück (Germany) – 7 years after the press conference!**  
Wolfgang Welker
- 290 **From Mazouco to Foz do Tua and Passadeiro. Continuities and changes in hunter-gatherers and early farmers of the lower Douro river basin (Portugal) revealed through rock art**  
Maria de Jesus Sanches, Joana Castro Teixeira
- 316 **L'art paléolithique en plein air sur d'autres continents**  
Paul G. Bahn
- 334 **Art rupestre, si près et si loin**  
Denis Vialou
- 348 **Recherches sur le site d'art rupestre de Dampier (Australie Occidentale)**  
Michel Lorblanchet
- 362 **L'art du Côa, d'une émotion l'autre**  
Dominique Sacchi
- 374 **Presente y futuro en la gestión del arte rupestre paleolítico en Cantabria**  
Daniel Garrido Pimentel
- 386 **De la grotte Chauvet à la grotte Chauvet 2 – Ardèche : Le premier grand chef d'œuvre de l'humanité à la portée de tous**  
Valérie Moles
- 404 **A Associação dos Arqueólogos Portugueses e o Vale do Côa – um longo percurso pela defesa e divulgação do Património**  
José M. Arnaud, Andrea Martins

# A Associação dos Arqueólogos Portugueses e o Vale do Côa – um longo percurso pela defesa e divulgação do Património

José Morais Arnaud<sup>1</sup>, Andrea Martins<sup>2</sup>

1. Associação dos Arqueólogos Portugueses. E-mail: [direccao@arqueologos.pt](mailto:direccao@arqueologos.pt)

2. Associação dos Arqueólogos Portugueses; UNIARQ – Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; FCT. E-mail: [andrea.arte@gmail.com](mailto:andrea.arte@gmail.com)

**Resumo:** A defesa do Património está intrinsecamente ligada à Associação dos Arqueólogos Portugueses, a mais antiga associação de Portugal e uma das mais antigas do mundo, criada em 1863 com o objectivo de preservação e defesa do Património Arquitectónico e Arqueológico. Ao longo destes 158 anos foram inúmeras as batalhas travadas e a colaboração institucional com diversas entidades levou a que a AAP seja um dos organismos ouvidos frequentemente a nível parlamentar. Aquando da descoberta da Arte do Vale do Côa a AAP tomou posição pública desde o primeiro momento para preservação e estudo das gravuras, reconhecendo a sua excepcional importância científica e patrimonial. No decorrer destes 27 anos o apoio da AAP ao Vale do Côa foi bastante diversificado, nunca desistindo da preservação, divulgação e estudo de todo este complexo artístico reconhecido mundialmente.

**Palavras-Chave:** Associação dos Arqueólogos Portugueses – AAP; Vale do Côa; Arte Paleolítica; Defesa do Património; Associativismo.

**Abstract:** The defense of Heritage is intrinsically linked to the Association of Portuguese Archaeologists (AAP), the oldest association in Portugal and one of the oldest in the world, created in 1863 with the aim of preserving and defending the Architectural and Archaeological Heritage. Over these 158 years, countless battles have been fought and institutional collaboration with various entities has made the AAP one of the institutions frequently heard at the parliamentary level. When the Côa Valley was discovered, the AAP took a public position to preserve and study the engravings, recognizing their scientific and heritage importance. Over these 27 years, AAP's support to Vale do Côa has been quite diversified, never giving up on the preservation, divulgation and study of this all world-renowned artistic complex.

**Keywords:** Associação dos Arqueólogos Portugueses – AAP; Côa Valley; Paleolithic Art; Heritage defense; Associativism.

## 1. Em finais de século XX a luta maior da Arqueologia Portuguesa – o caso Côa

Foi no final de 1994 que a sociedade Portuguesa ficou a saber que numa área esquecida do território, perdida entre montes e vales, desconhecida para a maioria dos portugueses, existiam umas rochas com gravuras, que os especialistas diziam ser “muito antigas e importantes”. Tinha início o processo Côa, a verdadeira batalha Patrimonial, inédita neste Portugal democrático, levando a uma divisão da sociedade, quase ao nível da paixão futebolística, com partidários pró barragem contra todos os que queriam a preservação das gravuras. Durante um ano, de Novembro de 1994 a 7 de Novembro de 1995, quando a suspensão da barragem se torna oficial, foram apresentados argumentos, relatórios, pareceres, petições, organizadas manifestações (e mesmo greves de fome!), conferências e visitas às gravuras, levando a Arqueologia para patamares mediáticos nunca vistos na sociedade portuguesa. Este tipo de mediação aconteceu num período em que os jornais, a televisão e os acesos debates nas mesas de café eram o local onde se esgrimiam argumentos, situação hoje incompreensível para a geração das redes sociais. Quem sabe se um vídeo no Tik-Tok com as gravuras em pano de fundo não se tornaria viral ou, se as icónicas imagens do Vale do Côa não figurariam nas *stories* do Instagram alcançando milhares de reacções.

Mas, tal como hoje, as *fake news* surgiram desde o primeiro momento, levando a que durante meses se dispusessem justificações, como num jogo em que o Património de tod@s era a bola de arremesso. Notícias que encheram largas páginas de jornais e abriram noticiários, com comentadores mais ou menos esclarecidos, fizeram com que o Côa fosse a *novela da vida real*, cujos protagonistas pré-históricos tinham como advogados de defesa a classe arqueológica.

A sociedade portuguesa, pouco esclarecida face aos *curricula* escolares desactualizados e ainda com estereótipos negativos relativamente ao período pré-Histórico, mostrava dificuldade em compreender a importância das gravuras face ao discurso burocrata e populista que prometia benefícios económicos para a região e populações locais com a construção da barragem. A decisão política de suspensão dos trabalhos e preservação do complexo artístico do Vale do Côa foi, no entanto, muito bem recebida por tod@s, originando mesmo um sentimento de orgulho nacional, mostrando ao resto do mundo que um pequeno país da Europa, sem grandes recursos económicos e frequentemente à mercê de programas económico-financeiros capitalistas, optou por defender um património único. Esta decisão política revelou também a confiança depositada na classe arqueológica nacional, recusando as opiniões de reputados arqueólogos estrangeiros (e infelizmente também nacionais)<sup>1 2</sup> de que não saberíamos, por questões científicas e culturais, preservar e estudar este conjunto de rochas gravadas, pelo que a melhor forma de as preservar, seria a sua submersão. Felizmente a confiança na ciência e nos especialistas, bem como o bom senso e sensibilidade de diversos agentes políticos (encabeçados pelo então primeiro-Ministro de Portugal e actual Secretário Geral das Nações Unidas – Eng<sup>o</sup> António Guterres) fizeram com que o Vale do Côa se tornasse num verdadeiro *Hub criativo* analógico, juntando diversas ciências, pessoas, metodologias e experiências. Hoje, a arte rupestre do Vale do Côa corresponde ao motor agregador de diversos projectos – etnográficos, ambientais, artísticos, científicos, sociais, pedagógicos e culturais que foram ganhando expressão ao longo destes 27 anos, consolidando não só a relevância do complexo artístico e arqueológico, mas principalmente, a importância do conhecimento do passado e sua preservação para o nosso futuro.

## **2. Factos, relatos e acções – uma breve visão historiográfica da descoberta das gravuras do Côa**

Apesar do reconhecimento de gravuras paleolíticas desde 1992 – um pequeno núcleo na foz da Canada do Inferno – a prospecção efectuada pelos técnicos<sup>3</sup> da equipa de Nelson Rebanda no final de Setembro e início de Outubro de 1993, aquando do abaixamento das águas da ensecadeira pela EDP, levou à identificação de diversas rochas com gravuras paleolíticas na margem esquerda do rio Côa, entre a foz de Rego de Vide e a foz da Canada do Inferno. Estas descobertas foram comunicadas internamente à direcção do IPPAR (a 28 de Outubro de 1993 e na reunião de 24 de Novembro de 1993) e, devido a opções técnicas por parte da EDP bem como a condicionantes meteorológicas, não foi possível efectuar os decalques destes painéis. No início de 1994 (24 de Janeiro) estes trabalhos e novas descobertas foram apresentados através de vídeo e projecção de slides aquando da visita ao Pocinho do presidente do IPPAR, estando presentes a Directora Regional do Porto do IPPAR, o Director da DOEH

---

1. *Jornal Público* – 5 de Janeiro de 1995.

2. *Jornal 1º De Janeiro* – 6 de Janeiro de 1995.

3. “*Os jovens Indiana Jones*” como foram chamados na reportagem do *Jornal Público* de 1 de Fevereiro de 1995 são os técnicos Manuel Almeida e João Félix. A estes mestres de campo se deve a identificação de centenas de gravuras ao longo das margens do rio Côa e ribeiras subsidiárias, bem como a realização de registos gráficos e fotográficos de numerosos painéis. A eles que dedicaram, desde o primeiro momento, a sua vida ao Côa, a profissional e seguramente também a pessoal, o nosso sincero agradecimento. Sem o seu profissionalismo, o espírito de sacrifício e a paixão pela arqueologia, pela arte e pelas gravuras, a história do Vale do Côa seria certamente muito menos rica.

da EDP do Porto e engenheiros da obra. No início do Outono de 1994 novo rebaiamento das águas levou a que outras rochas com gravuras fossem identificadas, aumentando consideravelmente o conjunto já reconhecido. Perante esta situação, reportada também superiormente, vincando o dever de divulgação, Nelson Rebanda decide comunicar a colegas arqueólogos, especialistas em arte rupestre e na arqueologia da região, estas descobertas e, a partir deste momento – no início de Novembro de 1994 – começa o movimento pela salvaguarda da arte do Côa.<sup>4</sup>

A nível político e, apesar do processo de classificação como Monumento Nacional apenas ficar concluído em Julho de 1997 (Decreto Lei 32/97 de 2 de Julho), a intenção de classificação deste sítio, reconhecendo a sua importância, foi tornada pública pelo então Secretário de Estado da Cultura logo em Dezembro de 1994<sup>5</sup>. Porém, numerosos recuos ou inexistência de tomadas de posição, levaram a que o processo ficasse à mercê de pareceres de técnicos contratados pela EDP ou do relatório dos especialistas chamados pela tutela, não deixando de ser curiosa a incapacidade de atribuição de crédito aos especialistas portugueses, que viram as suas afirmações científicas imediatamente corroboradas pelos colegas espanhóis, franceses e ingleses<sup>6</sup> que fizeram parte do grupo de especialistas que visitou o Côa.

A importância internacional de Foz Côa alcançou rapidamente lugares de destaque, sendo que logo no início de Janeiro de 1995, e após as reportagens do *Sunday Times* e *The New York Times*, a Unesco admitiu classificar as gravuras como Património Mundial<sup>7</sup>, isto numa altura em que o próprio Instituto Português do Património ainda não reconhecia efectivamente a importância da sua preservação.

Este singular processo, iniciado em finais da década de 1980, conheceu em 1993 e 1994 numerosos episódios, opções e decisões que seguramente a história dará a conhecer. Três décadas são ainda um período muito reduzido para a construção do discurso histórico e as possíveis abordagens não serão ainda isentas de uma visão pessoal.

### 3. A Associação dos Arqueólogos Portugueses e o caso Côa

A Associação dos Arqueólogos Portugueses, fundada em 1863, é a mais antiga associação de Defesa do Património Arqueológico e Arquitectónico de Portugal e uma das mais antigas do mundo, cujos principais objectivos são promover em Portugal o desenvolvimento da investigação no âmbito da Arqueologia e História, agrupando e incentivando as pessoas e entidades que a realizam e estabelecendo relações com as sociedades congéneres estrangeiras. Mantém um museu acessível ao público – o Museu Arqueológico do Carmo – e coopera com as entidades oficiais ou particulares que tenham a seu cargo a defesa, salvaguarda e valorização do património arqueológico e histórico. O desenvolvimento social da arqueologia é promovido enquanto campo científico, mas também no domínio patrimonial material e imaterial, junto dos poderes públicos, nacionais e internacionais, bem como das organizações não-governamentais e dos cidadãos em geral.

---

4. Informação recolhida através da análise da documentação existente no processo 90/1 (374) – “Plano Arqueológico do Côa”, disponível no Arquivo Português de Arqueologia.

5. Jornal *A Capital* – 21 de Dezembro de 1994.

6. Destacamos as declarações entusiásticas de Paul Bahn ao descobrir as gravuras do Vale do Côa, bem como a sua singular interpretação da sigla IPPAR – “In Portugal Prehistoric Art Roots”. Jornal *Público* – 31 de Janeiro de 1995.

7. Diário de Notícias de 14 de Janeiro de 1995.

Ao longo destes 158 anos foram inúmeras as batalhas travadas e a colaboração institucional com diversas entidades levou a que a AAP seja um dos organismos ouvidos frequentemente a nível parlamentar. Aquando da descoberta do Vale do Côa a AAP tomou posição pública desde o primeiro momento para a preservação e estudo das gravuras, reconhecendo a sua importância científica e patrimonial. No decorrer destes 27 anos o apoio da AAP ao Vale do Côa foi bastante diversificado, nunca desistindo da preservação, divulgação e estudo de todo este complexo artístico reconhecido mundialmente.

A ligação da AAP com o processo Côa começou logo em Maio de 1993 quando, no âmbito das V Jornadas da AAP, Nelson Rebanda apresentou a comunicação intitulada “A barragem de Vila Nova de Foz Côa – trabalhos arqueológicos preliminares”, onde referiu principalmente os trabalhos efectuados na zona de Almendra, sendo a referência a gravuras ou pinturas muito genérica<sup>8</sup>. O resumo da comunicação referia que “(...) serão apresentados alguns resultados preliminares destes trabalhos, que incidiram basicamente nas áreas de impacto directo e imediato da obra, abordando-se a problemática do levantamento, do trabalho de campo ao registo e interpretação dos dados, bem como os conceitos de prevenção, preservação e salvamento.” (Lemos, 1995: 105). O respectivo artigo para publicação nas actas das Jornadas não foi entregue pelo arqueólogo do IPPAR.

Um ano e meio depois, no início de Dezembro de 1994, o presidente da secção de Pré-História da AAP – João Zilhão, denuncia à comunicação social a ausência de tomada de posição do IPPAR face à descoberta e importância das gravuras do Côa revelada duas semanas antes, em meados de Novembro<sup>9</sup> (Fig. 1). Em Janeiro de 1995, João Zilhão e João Pedro da Cunha Ribeiro, entregam na Procuradoria-Geral da República um pedido de inquérito de apuramento de responsabilidades face à forma como o IPPAR havia tratado o caso das gravuras do Côa<sup>10</sup>.

A manifestação de desagrado dos sócios da AAP foi transmitida logo em Janeiro de 1995 pela Direcção da AAP ao Presidente do IPPAR, pedindo mudança na maneira como o processo estava a ser conduzido pela tutela. As indecisões e mudanças de posição tomadas pelo IPPAR, levaram a grande contestação da comunidade científica portuguesa, bem presente nas inúmeras notícias que saíam diariamente nos meios de comunicação.

Finalmente, no final de Janeiro de 1995, a comissão de peritos da UNESCO visitou o Vale do Côa, reconhecendo *in loco* a sua singularidade e importância. Estes defensores do Côa, desde o primeiro momento, são também os protagonistas desta história, as fadas madrinhas de um conto onde o vilão – a destruição do património – poderia ter sido o vencedor. Estes peritos continuaram a acompanhar a investigação no Côa, participando em eventos científicos como este primeiro *Côa Symposium*.

Uma das linhas de pressão da AAP foi também junto dos poderes políticos, tendo efectuado pedidos de audiência para discutir a importância do Vale do Côa – a 24 de Fevereiro de 1995 ao Presidente da República, ao Presidente da Subcomissão Parlamentar de Cultura da Assembleia da República, ao Presidente da Assembleia da República e ao Presidente do Conselho de Ministros.

Porém, a tomada de posição pública da AAP face à forma como o IPPAR estava

---

8. Informação pessoal do Doutor Francisco Sande Lemos, a quem agradecemos.

Ver também: Lemos, Francisco Sande (1995) – Foz Côa. Achegas para um debate indispensável, *Al-Madan*, IIª série, Nº 4. Almada: 101-108.

9. *Correio da Manhã* – 4 de Dezembro de 1994.

10. *Expresso* – 14 de Janeiro de 1995.

## Arqueólogos querem comissão para estudar gravuras do Côa

Arqueólogos de todas as universidades do País querem que o Governo crie uma comissão de especialistas nacionais e estrangeiros para estudar a importância da arte rupestre no vale do Côa.

Entretanto, sabe-se já que o conselho consultivo do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) deverá estudar o caso durante o dia de amanhã.

A recente descoberta, no vale do Côa, de uma jazida de arte rupestre paleolítica veio provocar polémica junto de especialistas, EDP e Governo, já que a construção de uma barragem ameaça submergir as pinturas.

Num comunicado, 14 docentes e investigadores de arqueologia pré-histórica, de todas as universidades, acusam o IPPAR de "incompetência e irresponsabilidade" e consideram imprescindível criar uma comissão que estude o problema.

Essa comissão, dizem, deve apresentar ao Governo um parecer sobre a forma como se deverá proceder ao estudo científico e à preservação patrimonial desta jazida arqueológica "de importância mundial".

João Zilhão, assistente do Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa, disse a propósito que diversos especialistas estrangeiros, com base em fotografias, são da opinião de que as pinturas devem ser preservadas.

João Zilhão, que é também o presidente da Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, frisou que a situação das pinturas foi denunciada há duas semanas e que, até agora, o IPPAR ainda não fez nada.

Na opinião deste especialista as obras na barragem deviam ser suspensas, a EDP devia fazer baixar o nível das águas e as pinturas, estudadas por especialistas.

"Era isso que o IPPAR devia ter feito", afirmou, acrescentando que é essa a razão porque condena o instituto, atribuindo-lhe "uma irresponsabilidade e de uma incompetência completas".

Segundo João Zilhão o vale do Côa foi classificado, quando dos estudos de impacto ambiental para a construção da barragem, como área de interesse arqueológico excepcional, razão por que a barragem nunca devia ter começado a ser construída.

Figura 1 (em cima): Notícia no jornal Correio da Manhã de 4 de Dezembro de 1994.

Figura 2 (à direita): Notícia no jornal Correio da Manhã de 26 de Fevereiro de 1995.

## Questão Foz Côa na Assembleia

A Subcomissão de Cultura da Assembleia da República vai ouvir, no próximo dia 8 de Março, uma delegação de arqueólogos portugueses sobre as gravuras rupestres do Côa.

Claudio Torres, Vítor Oliveira Jorge, Sando Lemos e Alidia Alarcão vão manifestar aos deputados a convicção dos arqueólogos de que é necessário salvaguardar o complexo paleolítico daquela região.

Segundo Vítor Oliveira Jorge, da Faculdade de Letras do Porto, "as gravuras são de importância mundial e poderão ser um pólo de desenvolvimento turístico, económico e cultural importantíssimo para Vila de Foz Côa e toda a região oriense".

Neste sentido, o investigador apontou vários exemplos europeus em que "a rentabilidade económica criada em torno do património cultural é impressionante".

"O Vale das Maravilhas, no Mort Begot, em França, é visitado anualmente por dezenas de milhares de pessoas apenas devido às suas gravuras rupestres", sublinhou, adiantando que o conjunto arqueológico sustenta dezenas de unidades hoteleiras, restaurantes e várias outras estruturas turísticas.

O responsável, dando ainda

os exemplos o Vale de Valcamonica em Itália e de Tautavel perto de Perpignan -- revelou que nestes locais, para além da investigação científica, verificam-se autênticos fenómenos de turismo e de venda de produtos típicos e lembranças.

Assim, Vítor Oliveira Jorge defende que com uma boa gestão e os apoios devidos Foz Côa poderá adquirir a importância turística destes locais.

### Arqueólogos deixam IPPAR como forma de protesto

A AAP-Associação dos Arqueólogos Portugueses decidiu suspender a sua representação no conselho consultivo do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. Esta medida é, de acordo com a AAP, uma "forma de protesto pelo fraco empenhamento" demonstrado pelo IPPAR na salvaguarda do complexo de arte rupestre do vale do Côa.

Reunida em assembleia-geral, a AAP exigiu a "suspensão das obras da barragem",

visando reavaliar o projecto hidroeléctrico e o estudo de alternativas para salvar a arte rupestre da zona.

A AAP vai propor ao IPPAR a constituição de uma equipa interdisciplinar em permanência no terreno, para proceder à sistemática prospecção do Vale do Côa e zonas adjacentes, com o objectivo de determinar a extensão do conjunto de arte rupestre.

Quanto ao Governo, vai pedir a abertura de um inquérito independente, destinado a esclarecer todo o processo de avaliação preliminar do impacto ambiental da barragem, de modo a apurar responsabilidades institucionais e individuais.

A AAP quer ainda apoiar os arqueólogos docentes universitários que pediram à Procuradoria-geral da República (PGR) a abertura de um inquérito também com o objectivo de apurar responsabilidades neste caso.

A direcção da AAP vai finalmente pedir audiências ao Presidente da República, subsecretário de Estado da Cultura e Subcomissão de Cultura da Assembleia da República, para expor a sua posição na matéria.

a conduzir todo o processo é consubstanciada na suspensão da representação da AAP – a mais antiga associação de defesa do património em Portugal – no conselho do IPPAR, marcando assim bem vincadamente a sua posição contrária à tutela, não se revendo nem pactuando com todo o processo<sup>11</sup> (Fig. 2).

11. Informação divulgada também nos meios de comunicação nacional – Correio da Manhã de 26 de Fevereiro de 1995 e Jornal Público de 28 de Fevereiro de 1995.



Figura 3: Notícia no Jornal Público de 30 de Março de 1995.

Em finais de Março de 1995 a AAP e mais duas associações tiveram audiência com o Presidente da República Dr. Mário Soares, pedindo auxílio na luta pela preservação das gravuras do Côa e reportando a continuação dos trabalhos de construção da barragem<sup>12</sup> (Fig. 3).

A nível científico, é proposta a 13 de Julho de 1995 numa das reuniões da Secção de Pré-História, a realização das VI Jornadas subordinadas ao tema da Arte Pré-Histórica, vincando desta forma a importância científica deste património, que se encontrava ainda em perigo.

Felizmente a batalha patrimonial, travada em tantas frentes, acabaria por ser ganha pela defesa do Património, e por todos aqueles que reconheceram, desde o primeiro momento, a importância daquelas gravuras, o que representavam e tudo o que poderia mudar na região e no conhecimento patrimonial.

#### 4. E depois da batalha, a construção de um longo percurso

Depois dos anos quentes de 1994 e 1995, 1996 foi o ano da confirmação da preservação das gravuras do Côa e suspensão definitiva da construção da barragem, terminando um processo que deixou marcas na sociedade portuguesa e na classe arqueológica. O processo Côa provocou a verdadeira revolução administrativa, alcançado a Arqueologia pela primeira vez autonomia nos institutos ligados ao Património com a criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA). A arte rupestre, motor de ignição deste processo, ficou enquadrada no Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART), serviço autónomo e com objectivos de estudo e valorização da arte do Côa e de todos os sítios com manifestações gráficas de Portugal. Após alguns anos que marcaram de forma indelével todos os aspectos da actividade arqueológica, tudo foi extinto, num longo processo a abordar noutra ocasião, sendo actualmente a Fundação Côa Parque a responsável pela gestão, conservação e investigação da arte do Côa, do Parque Arqueológico do Vale do Côa e do Museu do Côa, inaugurado em 2010.

12. Jornal Público de 30 de Março de 1995.

A ligação da AAP ao Côa foi permanente durante todas estas fases, nas melhores e nas piores, por vezes não concordando com as posições e acções da tutela, mas sempre com o objectivo de salvaguarda do património arqueológico existente no Vale do Côa e sua divulgação, bem como com apoio e solidariedade aos colegas arqueólogos do Côa que por diversas ocasiões enfrentaram sérias dificuldades.

Ao nível da divulgação científica e no âmbito das comemorações do 10º aniversário da descoberta do Vale do Côa a Secção de Pré-História da AAP promoveu um ciclo de conferências em 2004 e 2005, convidando arqueólogos que desde o primeiro momento estiveram relacionados com o processo da Arte do Côa:

- Vítor Oliveira Jorge – “Da revelação de Mazouco (1981) à revelação do Côa (1994). Sobre o processo da descoberta em Pré-História e sobre o estudo da Arqueologia em Portugal nos anos oitenta e a primeira metade dos anos noventa”.
- a 29 de Junho de 2004 – João Zilhão “A Arte do Côa e o Paleolítico Português”.
- a 5 de Novembro de 2004 – Mário Varela Gomes “A Arte do Vale do Côa: o que ainda não foi dito”.
- a 11 de Março de 2005 – António Martinho Baptista “Vale do Côa – síntese desde 1995 até às novas descobertas de figuras antropomórficas em Piscos”.<sup>13</sup>

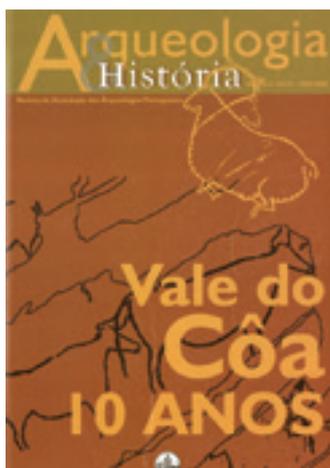


Figura 4: Revista Arqueologia & História, Vol. Nº 56/57 – 2004/2005 com dossier especial sobre o 10º Aniversário da descoberta da Arte do Côa.

Algumas destas comunicações foram publicadas no volume 56/57 de 2004/2005 da revista *Arqueologia & História* (Fig. 4), num dossier temático sobre o 10º aniversário do Vale do Côa: “Parque Arqueológico do Vale do Côa: passado, presente e perspectivas de futuro na gestão de um bem arqueológico do património Mundial” de João Zilhão; “L’art du Côa: une découverte majeure” de Dominique Sacchi e “A arte, paleolítica e epipaleolítica, do Vale do Côa: o que ainda não foi dito?” de autoria de Mário Varela Gomes.<sup>14</sup>

Periodicamente diversos investigadores do PAVC e do Museu do Côa apresentaram comunicações no auditório da AAP – no Museu Arqueológico do Carmo – sobre os trabalhos científicos desenvolvidos no Vale do Côa, como por exemplo a comunicação de Thierry Aubry em 2005 sobre o contexto arqueológico da Arte do Côa<sup>15</sup> ou, as participações nos diversos congressos de arqueologia da AAP<sup>16</sup>, bem como lançamento de livros como “*O Paradigma Perdido*” de António Martinho Baptista em 11 de Março de 2009.

No âmbito das comemorações do 150º aniversário da Associação dos Arqueólogos Portugueses foram realizadas diversas actividades durante o ano de 2013, destacando-se em Junho uma visita ao Vale do Côa e Museu do Côa (Fig. 5). Nesta ocasião foram visitados dois núcleos com gravuras, guiados pelo estimado consócio António Martinho Baptista, à Ribeira de Piscos (Fig. 6) e uma visita nocturna ao núcleo da Penascosa, verdadeiro momento telúrico e de comunhão com este santuário rupestre. A equipa do Parque Arqueológico do Côa e Museu do Côa organizou nessa data o encontro “*A arte do Vale do Côa, 18 anos depois*” apresentando os trabalhos de investigação dos contextos arqueológicos, o estudo da arte, a prospecção, a conservação bem como as actividades desenvolvidas pelo serviço educativo e museu (Figs. 7 e 8).

13. Informação recolhida nas Actas da Secção de Pré-História da AAP. Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

14. Artigos disponíveis em: [https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/arqueologia\\_historia\\_s12\\_vol56\\_57.html](https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/arqueologia_historia_s12_vol56_57.html).

15. Informação recolhida nas Actas da Secção de Pré-História da AAP. Arquivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

16. Artigos disponíveis em: [https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/actas\\_congressos.html](https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/actas_congressos.html).



Figura 5 (em cima): Visita ao Museu do Côa no âmbito do 150º aniversário da AAP em 2013. Visita guiada pelo consócio e amigo António Martinho Baptista, então director do museu.



Figura 6 (à esquerda): Visita ao núcleo de gravuras da Ribeira de Piscos no âmbito do 150º aniversário da AAP em 2013.



Figura 7 (em cima): Cartaz da Mesa Redonda – “Côa, 18 anos depois” realizado no Museu do Côa em 22 de Junho de 2013.



Figura 8 (à direita): Mesa Redonda – “Côa, 18 anos depois” – a equipa de arqueólogos do Côa.

Figura 9 (em baixo): Exposição “Novos Olhares sobre o Côa – exposição de gravura contemporânea” patente no Museu do Côa em 2017.



Outra linha de acção promovida pela AAP foi potenciar redes de ligação e sinergias entre o Museu Arqueológico do Carmo (MAC) e o Museu do Côa, aproveitando o aumento exponencial de visitantes nacionais e estrangeiros. Foram realizadas diversas actividades de divulgação da Arte do Côa, arqueológicas, patrimoniais e artísticas possibilitando também o potencial encaminhamento de visitantes para o Vale do Côa.

O Parque Arqueológico do Vale do Côa e o Museu do Côa estiveram representados em todas as edições da Festa da Arqueologia, evento promovido pela AAP que decorre periodicamente (2010, 2012, 2013, 2016 e 2019) no Museu Arqueológico do Carmo, reunindo dezenas de instituições que se dedicam à defesa, promoção, divulgação e investigação do Património Arqueológico em Portugal. Esta festa que acolhe centenas de visitantes nacionais e estrangeiros, permite uma divulgação das principais actividades do Museu e Parque do Côa.

A ligação com a arte contemporânea e formação de jovens artistas tem sido levada a cabo pela colaboração do MAC com a Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, especificamente através da exposição de trabalhos finais dos alunos da disciplina de Gravura. Em 2016 o tema proposto aos jovens artistas consistiu em desenvolver uma relação com as gravuras paleolíticas do Vale do Côa, realizando-se uma residência artística no Museu do Côa e Parque Arqueológico, onde o contacto directo com a arte rupestre potenciou a criação artística. No âmbito desta experiência, foi realizado um projecto artístico contemporâneo, a partir das Gravuras de Foz Côa, formalizado pela exposição “*Novos Olhares sobre o Côa – exposição de gravura contemporânea*”<sup>17</sup> patente no Museu Arqueológico do Carmo em Junho de 2017. Esta exposição foi transferida entre Julho e Setembro de 2017 para o Museu do Côa (Fig. 9), fazendo assim a ligação de conteúdos artísticos contemporâneos entre dois museus de arqueologia, mas que se encontram unidos pela Arte do Côa (Pré-Histórica e Contemporânea).

17. Encontra-se publicado o catálogo da exposição – “Novos Olhares sobre o Côa”.

Em 2019 os alunos de Gravura da FBAUL desenvolveram novos trabalhos relacionados com as gravuras paleolíticas, que integraram a exposição – *Sulcos e Linhas de Água do Vale do Côa*, patente no Museu Arqueológico do Carmo.

No âmbito das comemorações do 18º aniversário da classificação como Património da Humanidade da Unesco das Gravuras do Vale do Côa foi inaugurada no Museu Arqueológico do Carmo, em Dezembro de 2016, a exposição “*Côa, a Arte da Luz*” (Figs. 10 e 11). Constava de diversos painéis com informação e imagens de gravuras e da paisagem do Côa, dispostos na nave central do Carmo, estando idealizada para um público muito diversificado, nacional e estrangeiro<sup>18</sup>. Em Setembro de 2018 esta exposição foi transferida para o Jardim das Oliveiras no Centro Cultural de Belém, onde esteve durante um mês (Fig. 12).

Destaca-se ainda em 2018 a atribuição do Prémio Eduardo da Cunha Serrão a André Tomás Santos, arqueólogo que trabalha desde 2004 no Vale do Côa, com a tese intitulada “*A arte paleolítica ao ar livre da bacia do Douro à margem direita do Tejo: uma visão de conjunto*”, a qual constitui uma contribuição fundamental para a compreensão da arte paleolítica do vale do Côa, no contexto peninsular e europeu. Este trabalho foi publicado em 2019 pela Associação dos Arqueólogos Portugueses na série Monografias AAP volume 9<sup>19</sup> (Fig. 13) e constitui um corpus interpretativo da arte do Vale do Côa.



Figuras 10 e 11: Exposição “Côa, a Arte da Luz” patente no Museu Arqueológico do Carmo de Dezembro de 2016 a Fevereiro de 2017 / Painel da exposição “Côa, a Arte da Luz”.



Figura 12: Inauguração da exposição “Côa, a Arte da Luz” no Centro Cultural de Belém em Lisboa.

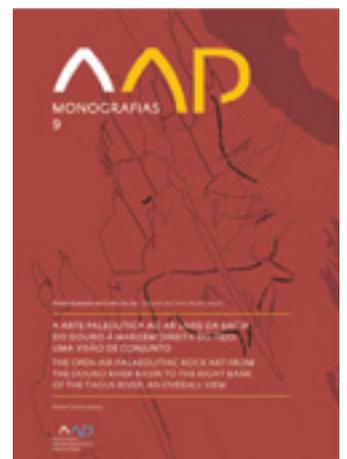


Figura 13: Monografias AAP volume 9 – “A arte paleolítica ao ar livre da bacia do Douro à margem direita do Tejo: uma visão de conjunto” de André Tomás Santos.

18. Esteve patente no MAC até 10 de Agosto de 2017.

19. Disponível em: <https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/monografia9.html>.

Relativamente à defesa do Côa (gravuras, museu, trabalhadores) face a incertezas e decisões menos esclarecidas por parte da tutela e/ou governo, bem como em situações extraordinárias, a AAP mostrou sempre disponibilidade para estar presente, participando em tomadas de posição ou prestando esclarecimentos em diversas comissões. Destacam-se as várias acções tomadas pela AAP no caso do vandalismo realizado em Abril de 2017 na rocha nº 2 da Ribeira de Piscos, incluída no complexo de arte rupestre do Vale do Côa, classificado como Património Mundial, e inserida no perímetro do respetivo Parque Arqueológico. Neste mesmo ano foram prestadas pela AAP declarações na Comissão de Cultura, Ciência e Educação da Assembleia da República, relacionadas não apenas com o vandalismo das gravuras mas também com a situação instável que se vivia no Museu do Côa, na sequência das quais o Ministro da Cultura se comprometeu publicamente a resolver a situação com a maior brevidade possível, eliminando o avultado passivo entretanto acumulado, e dando garantias de reforço do sistema de vigilância das gravuras, e de pagamento regular dos salários dos trabalhadores do parque.

Face a novas políticas e linhas de acção da direcção da Fundação Côa Parque a AAP passou a integrar desde 2018 o Conselho Consultivo dessa instituição, bem como a ter um papel mais activo em determinadas situações, como na participação de júri do concurso para o cargo de Coordenador Técnico-Científico da Fundação Côa-Parque.

Em Janeiro de 2021 a AAP toma uma posição pública face à absolvição em primeira instância dos autores dos actos de vandalismo sobre a Rocha nº 2 da Ribeira de Piscos, e após a avaliação dos dados recolhidos, entre os quais a leitura da própria sentença judicial produzida, e sem prejuízo de análise mais aprofundada, a Direcção da AAP considera existir matéria de recurso e insta o Ministério Público a que o requeira. Neste sentido manifestou formalmente o interesse em se constituir assistente no processo nessa sede, se tal for requerido por quem tem legitimidade para o efeito, acompanhando a Fundação Côa-Parque, constituída assistente em primeira instância. Aguardamos, neste momento, o prosseguimento do processo, estando confiantes que este acto lesivo do Património Mundial da Unesco será devidamente sancionado.

## **5. E o futuro? Palavras e desejos finais de um texto ainda por escrever**

As gravuras paleolíticas que sulcam as margens do rio Côa sobreviveram a milhares de anos de ocupação humana contínua – algumas delas, cerca de 30.000 anos –, num território actualmente interior e afastado dos grandes centros urbanos de decisão política e económica, e que por esta razão viu, num primeiro momento, a construção da barragem como escape de modernidade. Passados 27 anos de uma decisão ímpar e corajosa do Estado Português podemos afirmar que esta ousadia e aposta foi totalmente ganha. Graças às gravuras do Côa, a região conheceu o esperado dinamismo económico, mas principalmente cultural e de consciência patrimonial e científica, sendo o Museu do Côa percussor em diversas iniciativas, atraindo visitantes de todos os cantos do planeta, e possibilitando a permanência dos mais jovens na sua região. Consciencializar e transmitir a mensagem às populações locais é por vezes a tarefa mais desafiante e, num período em que a “segunda geração” das gravuras do Côa está em plena vida adulta e activa, a participação informada e consciente na salvaguarda e dinamização de várias vertentes do Vale do Côa é a prova de que esse desafio foi alcançado.

A Associação dos Arqueólogos Portugueses, presente desde o primeiro momento na defesa, salvaguarda e valorização do complexo artístico do Vale do Côa, continuará a acompanhar de perto todo este processo, participando activamente sempre

que necessário, a pedido de entidades oficiais ou por iniciativa própria, mostrando a sua imparcialidade e independência. A AAP é uma associação de utilidade pública com 158 anos de existência, que ao longo da sua história travou inúmeras batalhas pela defesa do Património destacando-se mesmo a Arte Rupestre<sup>20</sup>, garantindo também a representação e defesa dos arqueólogos junto da tutela e de outros organismos públicos ou privados. É a independência que permite esta posição e são os valores de cidadania e de espírito de missão da salvaguarda do património histórico, arquitectónico e arqueológico que regem as nossas acções.

O futuro faz-se enfrentando novos e velhos desafios, estando certos que o longo e difícil caminho já percorrido é prova da resistência e resiliência dos arqueólogos e de todos os que defendem este património material e imaterial. As novas gerações de arqueólogos – da AAP e de Foz Côa – saberão certamente cuidar deste tesouro mundial e fazer com que os vales e margens do rio Côa continuem a ser percorridos em busca da magia daquelas figuras gravadas na rocha.

Lisboa, Setembro de 2021

---

20. A AAP teve um papel principal na defesa e salvaguarda de outros sítios de arte rupestre como a preservação do Cachão da Rapa através de acções tomadas pelo presidente Possidónio da Silva em 1878, bem como nos trabalhos de salvamento do complexo artístico do Vale do Tejo onde Eduardo da Cunha Serrão, nos anos 70 do século XX, teve um papel preponderante.



